

# PRÁTICAS DE REPRESENTAÇÃO INDÍGENA NO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

*Gustavo Moreira Ramos*<sup>1\*</sup>

**Resumo** – O presente estudo tem como principal objetivo realizar uma etnografia das práticas de representação indígena do cacique Uílton Tuxá no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), mais especificamente na Câmara Consultiva Regional do Submédio do Rio São Francisco (CCR Submédio), na qual o cacique é coordenador. Privilegiando uma perspectiva pragmática, a intenção é cartografar o conjunto das forças imiscuídas nessa experiência representativa a partir de sua dimensão prática, abordando-a do *ponto de vista* dos próprios povos indígenas envolvidos a fim de destacar as contribuições intrinsecamente indígenas para as questões referentes à gestão das águas na região denominada Submédio do Rio São Francisco. Como base teórica a pesquisa lança mão dos estudos de microrrelações de poder desenvolvidos por Michel Foucault e dos conceitos de *subjetividade* e *semióticas mistas* de Félix Guattari e Gilles Deleuze.

**Palavras-Chave** – Representação Indígena, Tuxá de Rodelas, CBHSF.

---

<sup>1</sup> FCLAr / UNESP, [gustavomoiramos@gmail.com](mailto:gustavomoiramos@gmail.com)

\*Autor Correspondente

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como principal objetivo realizar uma etnografia das práticas de representação<sup>2</sup> indígena no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), mais especificamente na Câmara Consultiva Regional do Submédio do Rio São Francisco (CCR Submédio), a fim de trazer à discussão as efetivas contribuições dos povos indígenas para as questões referentes à gestão das águas na região denominada Submédio do Rio São Francisco.

Privilegiando “uma perspectiva pragmática, no sentido de uma investigação global das práticas que envolvem as representações e os agentes que as sustentam” (Goldman, 1999, p. 160), a intenção é cartografar o conjunto das forças imiscuídas nessa experiência representativa a partir de sua dimensão prática. Para aproximar-se dessa “perspectiva pragmática”, o trabalho tem como enfoque as práticas do cacique Uilton Tuxá da comunidade indígena Tuxá de Rodelas, o qual é, além de representante indígena, coordenador da CCR Submédio. A “escolha” do cacique Uilton Tuxá tem também um motivo histórico-social: a relação histórica de sua comunidade indígena, os Tuxá de Rodelas, com a gestão das águas na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, como apresentado adiante, além do fato do cacique ter alcançado o cargo de coordenador da CCR Submédio mesmo sendo a comunidade indígena o grupo com a menor porcentagem de representação no CBHSF.

Tratando-se esta de uma pesquisa que busca uma dimensão prática, há a necessidade de duas breves apresentações: a da CCR Submédio e a da comunidade indígena dos Tuxá de Rodelas, nas quais Uilton Tuxá é, respectivamente, coordenador e cacique.

A CCR Submédio, com sede na cidade de Petrolina - PE, é uma das quatro subdivisões regionais do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), órgão colegiado, instituído por decreto presidencial de 5 de junho de 2001 (BRASIL, 2001), que abrange os Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e o Distrito Federal e tem como missão “descentralizar o poder de decisão, integrar as ações públicas e privadas e promover a participação de todos os setores da sociedade”<sup>3</sup> nas questões referentes à gestão das águas da bacia do Rio São Francisco. A composição representativa do CBHSF é de 38,7% de usuários, 32,2% do Poder Público, 25,8% da sociedade civil e 3,3% da comunidade indígena<sup>4</sup>. A região denominada como Submédio do São Francisco corresponde a 17% do território da bacia do São Francisco, abrangendo 25 municípios da Bahia e 59 municípios de Pernambuco.

Após essa breve descrição da CCR Submédio e do CBHSF, presumo importante uma pequena apresentação da comunidade indígena citada. Os Tuxá<sup>5</sup> ocupam atualmente três áreas distintas: uma no estado de Pernambuco, à margem direita do rio Moxotó, nos limites do município de Inajá (Terra indígena Tuxá da Fazenda Funil); e as demais no estado da Bahia, sendo uma no município de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), no oeste do estado, e outra no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas). Essa divisão é consequência direta da construção da hidrelétrica de Itaparica, realizada pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco

---

<sup>2</sup> Sobre a relação entre antropologia e representação ver Velho (1992).

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/o-cbhsf/>> Acesso em: 15março 2016

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/o-cbhsf/>> Acesso em: 15março 2016

<sup>5</sup> Sobre o povo Tuxá (e outras populações indígenas do Nordeste) ver ANAÍ (1981); Brasileiro (1998); Dantas (1992); Fonseca (1996); Melo (1988); Nasser (1975); Sampaio-Silva (1987); Marques (2008).

(CHESF) em 1987, que causou a inundação de diversos municípios da região, entre eles o de Rodelas, onde se localizava a ilha em que vivia o povo Tuxá, a saber, a Ilha da Viúva (Salomão, 2006, 2011). Após a inundação da cidade de Rodelas, e conseqüentemente da Ilha da Viúva, os Tuxá foram reassentados nos territórios supracitados, apenas o grupo hoje denominado Tuxá de Rodelas permaneceu próximo ao seu antigo território, vivendo nos limites da nova cidade de Rodelas, construída para abrigar uma parcela dos ex-moradores das cidades inundadas<sup>6</sup>.

## METODOLOGIA

A metodologia proposta está centrada, inicialmente, em quatro pontos: 1) aprofundamento teórico e ampliação da bibliografia relacionada à questão abordada; 2) pesquisa da constituição, estrutura e funcionamento do CBHSF e da CCR Submédio; 3) acompanhamento dos trabalhos do cacique Uilton Tuxá e dos demais representantes indígenas na CCR Submédio e no CBHSF; 4) trabalho de campo na região do Submédio do Rio São Francisco.

## DISCUSSÃO

A partir do que denomino intercessores<sup>7</sup>, a saber: os povos indígenas locais (mais especificamente os Tuxá de Rodelas) e o cacique Uilton Tuxá e suas práticas no CBHSF, a pesquisa tem como objetivo cartografar as microrrelações de poder que atravessam (constroem, possibilitam, proíbem) essas práticas de representação indígena no órgão citado. Para então, desse mapa de microrrelações, destacar as contribuições intrinsecamente indígenas para a questão da gestão das águas na região. Em outras palavras, evidenciar os enunciados que os povos indígenas trazem para a discussão da gestão das águas e que só esses, exatamente por serem indígenas, poderiam trazer.

A intenção, porém, não é abordar “a questão indígena” enquanto campo situacional de uma relação interétnica<sup>8</sup> entre índios e demais grupos da sociedade, mas tratar “as questões indígenas” específicas desse contexto. Essa diferenciação propõe uma rotação de perspectiva (Viveiros de Castro, 1999), que busca cartografar as práticas de representação indígena no CBHSF *a partir* da perspectiva dos próprios indígenas e não abordá-las *em relação* aos demais grupos que compõem a instituição. Obviamente a interação não deve ser excluída, ao contrário, é o *leitmotiv* da pesquisa, mas deve ser abordada da perspectiva dos povos indígenas. Em outras palavras, o objetivo da pesquisa não é analisar o CBHSF enquanto uma instituição que possibilita uma interação entre grupos distintos da sociedade em favor de uma causa comum e na qual os indígenas são apenas mais um desses grupos, mas entender, a partir da experiência prática dos indígenas que agem nesse órgão, como esses vêem o CBHSF enquanto meio para efetivarem suas ações na questão referente à gestão das águas na região.

Essa rotação de perspectiva tem como propósito cartografar o “lugar” do CBHSF nas lutas indígenas, e não o oposto. A questão passa a ser tomar o ponto de vista dos povos indígenas, esclarecendo que

---

<sup>6</sup>Sobre a questão do impacto da construção da barragem de Itaparica ver Araújo *et al.* (2000). Sobre essa mesma questão, mas tendo o povo Tuxá como estudo de caso ver Marques (2008); Melo (1988).

<sup>7</sup> Nos termos que Gilles Deleuze (2013) aplica ao conceito.

<sup>8</sup> Sobre relações interétnicas ver Barth (1969); Oliveira (1993, 2004).

“um ponto de vista não[...] é uma opinião, e muito menos uma 'representação' parcial de uma realidade - interétnica, no caso - da qual apenas o observador científico teria uma *visão global*[...] não é que não haja uma 'visão global', portanto; é que há *duas*: cada ponto de vista é perfeitamente *global*. A questão é a de decidir o que é o 'contexto' de que, e, reciprocamente, quem está 'inserido no contexto' de quem.” (Viveiros de Castro, 1999).

Por essa abordagem, os povos indígenas da região assumem um papel ativo nas relações estabelecidas entre esses e os demais grupos da sociedade envolvidos na questão da gestão das águas da bacia do Rio São Francisco. Assim, o escopo passa a ser evidenciar as contribuições que as populações indígenas trazem à discussão da gestão da água a partir de seu próprio quadro histórico-sociológico, ou ainda, verificar quais perceptos e afectos exclusivamente indígenas podemos cartografar, a partir desta experiência prática de microrrelações de poder, nessa relação entre distintas semióticas (ou semióticas mistas).

Sendo os Tuxá de Rodelas uma comunidade indígena afetada diretamente pelas políticas de gestão das águas da bacia do Rio São Francisco, quando da construção da hidrelétrica de Itaparica, as práticas de representação indígena no CBHSF personificada no cacique Uílton Tuxá devem ser abordadas trazendo à discussão o campo da subjetividade, ou seja, devem ser procuradas as “inscrições simultaneamente individuais e coletivas da repressão e do desejo” (Palmeira e Goldman, 1996), com o intuito de questionar a dicotomia indivíduo/sociedade e, assim, recolocar as práticas individuais no jogo das ações coletivas, discussão essa imprescindível na investigação das práticas de representação.

Como base teórica para análise das práticas de representação a pesquisa propõe<sup>9</sup> os estudos sobre as microrrelações de poder de Michel Foucault (2014), para quem aquelas deveriam ser percebidas em seus próprios domínios, em detrimento da necessidade de uma teoria geral do poder. Já para abordar a questão da subjetividade nessa experiência particular de representação, o estudo pretende lançar mão da filosofia de Félix Guattari e Gilles Deleuze. Esses últimos contribuem ainda com o conceito de “semióticas mistas” para entender a relação entre as populações indígenas e demais grupos no CBHSF, como exposto no trecho:

“Talvez todas as semióticas sejam, elas mesmas, mistas, combinando-se não apenas a formas de conteúdo diversas, mas também combinando regimes de signos diferentes. [...] As semióticas e seu caráter misto podem aparecer em uma história onde os povos se confrontam e se misturam [...]”. (Deleuze e Guattari, 1995, p. 71)

Não basta, portanto, apontar que os Tuxá “desenvolveram uma simbiose particular de convivência interétnica” (Sampaio-Silva, 1997, p. 9), mas destacar quais agenciamentos<sup>10</sup> são produzidos a partir deste encontro particular entre semióticas distintas. Este estudo tem como esforço buscar menos uma causa que suas conseqüências, menos uma origem que seus desdobramentos, menos uma recuperação étnica (“a viagem da volta”) que suas sínteses conectivas, enfim, menos um *ente* que um *entre*.

---

<sup>9</sup> Para além de textos já clássicos da antropologia política como Clatres (2012); Easton (1959); Evans-Pritchard (1978); Fortes e Evans-Pritchard (1961); Leach (1996); Swartz (1966, 1968), entre outros.

<sup>10</sup> Nos termos que Gilles Deleuze (2005) aplica ao conceito.

## CONCLUSÃO

É necessário ressaltar o caráter ainda introdutório, posto que é uma pesquisa em andamento, do trabalho apresentado, o qual propõe alguns apontamentos teóricos que terão de ser aprofundados quando da pesquisa de campo.

A partir da discussão teórica, entendo que uma etnografia da representação indígena no CBHSF, cartografada a partir de suas dimensões práticas, deve destacar as efetivas contribuições dos povos indígenas da região na questão referente à gestão das águas da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, porém essas contribuições intrinsecamente indígenas devem ser percebidas a partir da perspectiva própria desses povos. Esta “cartografia das práticas” deve ter como objetivo, portanto, evidenciar quais enunciados propriamente indígenas são revelados a partir deste encontro entre povos de semióticas distintas, a saber, os indígenas e os demais grupos da sociedade, assim como descrever como se dão as microrrelações de poder no seio dessas próprias práticas, sempre tendo como centro de vibração a questão da gestão das águas da bacia do Rio São Francisco.

## REFERÊNCIAS

- ANAÍ. (1981). *Os povos indígenas na Bahia*. Associação Nacional de Apoio ao índio, Seção da Bahia.
- ARAÚJO, M. L. C.; NETO, M. C.; LIMA, A. E. V. (2000). *Sonhos submersos ou desenvolvimento? Impactos da barragem de Itaparica*. Editora Massangana, Recife – PE, 222 p.
- BARTH, F. (1969). Introduction. In *Ethnic Groups and Boundaries*. Org. por Barth, F. Universitets Forlaget, London/Olso, pp. 9 -37
- BRASIL. Decreto n. 9.433, de 5 de junho de 2001. Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, localizada nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e no Distrito Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, DF, 6 jun. 2001. Seção 1, p.1
- BRASILEIRO, S. (1998). O Processo de reassentamento do povo Tuxá. In *Relatório de eleição da área a ser destinada aos índios Tuxá de Rodelas pela CHESF*. Salvador – BA.
- CLASTRES. P. (2012). *A sociedade contra o estado*. Cosac Naify, São Paulo – SP, 228 p.
- DANTAS, B. (1992) Os Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro: Um Esboço Histórico. In:
- CARNEIRO DA CUNHA, M. (Ed.). *História dos índios no Brasil*. Companhia das Letras, São Paulo - SP, pp. 431-456.

- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1995). *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Editora 34, Rio de Janeiro – RJ, 112 p.
- DELEUZE, G. (2005). *Foucault*. Brasiliense, São Paulo – SP, 142 p.
- DELEUZE, G. (2013). *Conversações*. Editora 34, Rio de Janeiro – RJ, 240 p.
- EASTON, D. (1959). Political anthropology. *Biennial Review of Anthropology*. Stanford University Press, 1, pp. 210-262.
- EVANS-PRITCHARD, E. (1978). *Os Nuer*. Perspectiva, São Paulo – SP, 296 p.
- FONSECA, J. J. (1996). *Rodelas: Curraleiros, Índios e Missionários*. Microtextos Edições Gráficas, Salvador – BA, 296 p.
- FORTES, M.; EVANS-PRITCHARD, E. E. (1961). *African political systems*. Oxford University Press, London, 302 p.
- FOUCAULT, M. (2014). *Microfísica do poder*. 2. ed. Paz e Terra, São Paulo – SP, 432 p.
- GOLDMAN, M. (1999). *Alguma Antropologia*. Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, Rio de Janeiro – RJ, 176 p.
- LEACH, E. R. (1996). *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. Edusp, São Paulo – SP, 376 p.
- MARQUES, J. (2008). Cultura material e etnicidade dos povos indígenas do São Francisco afetados por barragens: Um estudo de caso dos Tuxás de Rodelas. UFBA, 367 p.
- MELO, R. M. C. (1988). Índios e Barragens: O caso Tuxá em Itaparica. *Caderno de Estudos Sociais*, Recife - PE, v. 4, n. 2, pp. 235-244.
- NASSER, N. A. (1975). *Economia Tuxá*. (Dissertação de mestrado). UFBA, Salvador – BA.
- OLIVEIRA, J. P. (1993). A Viagem da Volta. In *Atlas das terras indígenas do nordeste*. Org. por Oliveira, J. P. e Leite, J. C. F. PETI/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, pp. 1-8.
- OLIVEIRA, J. P. (2004). *A Viagem da Volta: etnicidade política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. LACED - Rio de Janeiro – RJ, 360 p.
- PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (1996). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Contra Capa Livraria, Rio de Janeiro – RJ, 240 p.
- SALOMÃO, R. D. B. (2006). *Etnicidade, processos de territorialização e ritual entre os índios Tuxá de Rodelas*. Universidade Federal Fluminense. Niterói – RJ.

SALOMÃO, R. D. B. (2011) Tradição, práticas rituais e afirmação étnica entre os Tuxá de Rodelas. *Cadernos do Leme*. Campina Grande - PB, 3, pp. 25 – 55.

SAMPAIO-SILVA, O. (1997). *Tuxá: Índios do Nordeste*. AnnaBlume, São Paulo – SP, 214 p.

SWARTZ, M. J. (1968). *Local-Level Politics: social and cultural perspectives*. Aldine, Chicago, 438 p.

SWARTZ, M. J.; TURNER, V.; TUDEN, A. (1966). *Political anthropology*. Aldine, Chicago, 309 p.

VELHO, O. (1992) “Antropologia e a Questão da Representação”. In: Gilberto Velho e Otávio Velho, *Dois conferências*. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, pp. 47-86.

VIVEIROS DE CASTRO, E. (1999). Etnologia brasileira. In *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Org. por Miceli, S. ed. SUMARÉ/ANPOCS, São Paulo - SP, pp. 109-223.